



**CONCEITOS, INTELECTUAIS E IDEIAS: O  
ENTRELAÇAMENTO DE DIFERENTES DIMENSÕES DA  
PESQUISA HISTÓRICA, NO CASO DO DEBATE ENTRE  
EUGÊNIO GUDIN E CELSO FURTADO (1950-1964)**

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3867

Neilaine Ramos Rocha de Lima, UEM

**Resumo**

Uma das questões que norteiam uma pesquisa histórica, na atualidade, é o enquadramento dessa pesquisa em uma grande área do conhecimento histórico, bem como: história dos conceitos, a história intelectual, história das ideias, etc. O que buscaremos nesse trabalho, será a reflexão acerca da possibilidade de, ao longo de uma pesquisa, observarmos a necessidade do entrelaçamento de aspectos dessas grandes dimensões da história, e verificarmos que o estudo histórico não precisa ser limitado por um espaço de possibilidades, que uma dimensão propõe. Sendo assim, a partir do caso do debate entre os intelectuais Eugênio Gudin e Celso Furtado, podemos concluir que ambos tinham diferentes conceitos de um movimento da história, que fundamentaram suas visões acerca do desenvolvimento ou subdesenvolvimento do Brasil, e que esses conceitos se consolidaram em suas posições ideológicas, com o liberalismo e o desenvolvimentismo, ideias essas antagônicas, que possibilitaram um debate intelectual, que teve seu auge entre os anos de 1950 e 1964. Para entender tal debate, é necessário: pensar os conceitos de desenvolvimento e história; analisar o espaço de sociabilidade em que se consolidou a posição desses intelectuais; para enfim compreendermos a formatação dessas ideias que sugeriram diferentes visões políticas, acerca do caminho que o Brasil deveria tomar, às vésperas de 1964.

**Palavras Chave:**

conceitos; ideias;  
intelectuais; Gudin;  
Furtado.

Por mais importante que o referencial teórico possa ser, dentro da pesquisa histórica, a análise do objeto e o resultado dessa análise, precisam ser tratados como foco principal do ofício do historiador. Tendo como premissa isso, ao analisar um debate entre dois grandes intelectuais brasileiros, Celso Furtado e Eugênio Gudín, nas décadas de 1950 e 1960, fica claro que a necessidade de recorrermos à diferentes dimensões do campo da história, se torna necessário, principalmente quando se observa a construção de distintas concepções da dinâmica da história, encontradas em ambos ideários, o desenvolvimentismo de Furtado e o liberalismo de Gudín. Sendo assim, não há como entender esse debate sem, antes, recorrermos aos princípios da história dos conceitos, à ferramentas da história dos intelectuais, para assim compreendermos a dinâmica da história dessas ideias na vida política do Brasil.

Primeiramente torna-se importante salientarmos a posição do debate entre Gudín e Furtado, no contexto de um grande debate entre o desenvolvimentismo e o liberalismo, que se cristalizou a partir da década de 1940, mas que teve seu auge nos anos de 1950 à 1964, principalmente com a elaboração das teorias desenvolvimentistas através dos estudos da CEPAL, da qual Furtado fez parte.

Tal debate cristalizou-se na produção intelectual de dois grandes nomes da história do pensamento econômico do Brasil: Celso Furtado e Eugênio Gudín. A análise implica salientar as diferentes concepções de História contidas nas teorias desenvolvimentista e liberal, concepções essas intimamente ligadas aos projetos e soluções propostas por esses intelectuais para o problema da falta de desenvolvimento econômico que o Brasil vivia no contexto em questão. O debate entre as ideias pode ser visualizado

em grande parte da produção intelectual dos autores, tais como: livros, artigos, entrevistas e estudos encomendados pelo próprio Estado. Essas fontes fornecem-nos os elementos fundamentais das divergências entre essas ideias, sinalizando, assim, duas distintas teorias que imbricam economia, Estado, sociedade, indivíduo, riqueza, progresso e política.

É nossa intenção, portanto, demonstrar que o debate teórico acerca do desenvolvimento econômico, observado nas décadas de 1950 e 1960, é fonte histórica para compreendermos que diferentes concepções sobre a História fundamentaram projetos distintos, por meio dos quais se buscavam soluções concretas para a superação da atonia econômica e política que o Brasil vivenciava.

### **Subdesenvolvimento um conceito de atraso**

Com base nos princípios da história conceitual de Koselleck (2006), podemos observar a evolução semântica desses conceitos. O conceito de “subdesenvolvimento” formou-se no contexto dos debates, mas existiam outras palavras que designavam o problema em questão.

O termo “*backwards countries*”, usado até o fim da Segunda Guerra, era mais fatalista, dava a ideia de países atrasados, de forma definitiva. No pós-guerra, com a criação da ONU e de seus órgãos de cooperação internacional, a visão acerca desses países se alterou, surgindo assim um maior otimismo quanto ao futuro desses países. Assim, a expressão “*under developed countries*”, expressa um conceito mais ligado à perspectiva de desenvolvimento, “subdesenvolvimento”, como uma fase pré-desenvolvimento<sup>1</sup>. Com o tempo, o

<sup>1</sup> Quando Furtado (1961) pensa o subdesenvolvimento, ele não o vê como uma etapa, como muitos analisam. A palavra foi

importante para dar fundamento à própria tese de Furtado de que o subdesenvolvimento brasileiro era uma condição histórica, peculiar, portanto não

conceito passou a ser revestido de mais otimismo e, no momento em que o nível de industrialização se tornou sinalizador de desenvolvimento, os termos “*less developed countries*” e “*newly industrialized countries*” veiculavam a ideia de países menos desenvolvidos e recém-industrializados. Segundo Campos, a evolução do termo ocorreu por dois motivos: o pós-guerra e as ideias de Keynes. Ou seja, o contexto alterou o conceito (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996).

Segundo Love (1998), o termo “terceiro mundo”, também ligado à ideia de atraso e subdesenvolvimento, tem origem no contexto dos países recém-criados ou redefinidos. Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa centro-oriental vivenciou a necessidade de reconstrução, de busca por desenvolvimento econômico; desse contexto adveio o termo. Na década de 1940, teóricos pensaram o desenvolvimento como uma subdisciplina. A maioria dos teóricos do desenvolvimento nasceu na Europa central ou centro-oriental: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Nicholas Kaldor, Thomas Balogh, Hans Singer, Gottfried Haberler, Paul Baran, etc.

‘Atraso econômico’, o termo-padrão usado antes de 1945, foi suplantado, na era do pós-guerra, por ‘subdesenvolvimento’, embora acadêmicos de primeira linha do período do pós-guerra, como Alexander Gerschenkron e Paul Baran, ainda preferissem o termo mais antigo. Um outro, Hla Myint, pensava que o termo ‘atrasado’ descrevia com precisão os povos das áreas subdesenvolvidas e que ‘subdesenvolvido’ deveria ser reservado para os recursos naturais. ‘Subdesenvolvido’, como termo para caracterizar as economias e sociedades da Ásia, África e América Latina, mais tarde cedeu

lugar a substitutos mais eufemísticos [...] ‘menos desenvolvido’ e ‘em desenvolvimento’ o último dos quais parecia implicar que o problema era passível de se auto-solucionar [...] (LOVE, 1998, p. 22-23).

Os primeiros pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento nasceram no contexto da Europa central ou centro-oriental, contudo foram elaborados para ser universais. A primeira escola autóctone de teoria do desenvolvimento surgiu na América Latina: essa escola foi associada à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma comissão criada pela ONU.

Na tese de Prebisch, existia uma relação entre centro-periferia, mas uma relação de troca desigual, determinada sempre por relações políticas e não meramente de livre mercado. Por isso, ele não concordava com a teoria clássica de troca, de vantagens comparativas.

Falar de países subdesenvolvidos era pensar as relações de trocas, a fragilidade econômica de países que sofriam ciclos de altas e baixas dos preços das *commodities*. Esse tema não era analisado apenas por teóricos da CEPAL; Gudín e Bulhões, na reunião de Bretton Woods, indagaram a falta de instituições que trabalhassem na busca da estabilização do preço das matérias-primas e produtos primários. A queixa de Gudín não foi ouvida e o problema permaneceu.

Para Prebisch e para CEPAL, a solução estaria na industrialização, que daria independência às nações subdesenvolvidas, gerando o desenvolvimento. Um elemento econômico estaria no centro da dinâmica da evolução, porém os fatores que movimentariam essa engrenagem seriam políticos, a ação do Estado como

---

se dissolveria com o tempo, em um processo natural, mas por meio de implicações racionais, de

correção das estruturas historicamente construídas.

protagonista do desenvolvimento.

Em suma, todas as teorias do desenvolvimento buscavam uma fórmula para que houvesse: o aumento da produtividade, o aumento de capital, a transformação desse capital em renda e a distribuição dessa renda. Esse processo geraria um contexto de modernidade, de avanço temporal em relação a outras nações que já viviam esse contexto. O desenvolvimento seria a constatação de que o Brasil não estaria parado no tempo.

### **As ferramentas da história intelectual**

Nosso objeto se constitui de ideias, mas portadas por homens, intelectuais; não concebemos as ideias fora de um lugar contextual e de uma construção individual. Gudin tem uma interpretação única do liberalismo no Brasil: apesar de ser um expoente da corrente em questão, possui uma visão individual. Furtado, por sua vez, foi conhecido por trazer novos elementos à interpretação cepalina e, embora seguisse uma linha de explicação partilhada por outros, deixou sua contribuição original para esse ideário. Assim, ideias e indivíduo não se podem dividir, pois o conceito de motor da História, tanto em Gudin quanto em Furtado, não é simplesmente uma concepção pronta da teoria que ambos acreditam. É também um conceito formatado em um tempo e um lugar, em que a trajetória pessoal de ambos é de suma importância para a elaboração desse conceito.

Para pensar o debate, é indispensável entendê-lo como algo construído por pensadores que existem, por homens que se destacam na sociedade, que buscam respostas para os problemas sociais que visualizam. Assim, um conceito fundamental do trabalho é o de “intelectuais”. Gudin e Furtado configuram-se também como parte desse objeto, não só suas ideias, mas também suas figuras e representações no cenário político no contexto em questão. Dessa

forma, recorrer à noção de “intelectual” e aos estudos da história dos intelectuais torna-se relevante e necessário.

Segundo Sirinelli (2003), a chamada história dos intelectuais trilhou uma trajetória longa até se legitimar. Antes da década de 1970, concebia-se a história dos intelectuais com base em uma série de preconceitos e elementos que desqualificavam o seu objeto; ela era vista como história dos engajamentos individuais; também poderia ser tratada como biografia; se considerada no âmbito coletivo, atrelava-se à história social. Portanto, era multifacetada e, por isso, foi necessário um longo trajeto para ser compreendida e se esquivar de preconceitos correntes. Além disso, lembra Sirinelli (2003), a história dos intelectuais teria grande influência de questões ideológicas, elemento esse extremamente perigoso para o pesquisador, já que, por sua característica ideológica, estaria muito ligada ao tempo presente. O estudo dos intelectuais não se mostrava atraente e legítimo e uma das causas desse esquecimento ou até mesmo de sua transformação em “subobjeto” era a valorização atribuída pelos historiadores ao estudo das massas. Assim, a elite seria algo do passado positivista e, dessa forma, os intelectuais eram tratados como componentes da elite. Porém, na segunda metade da década de 1970, com o surgimento de uma nova história política, cujas ferramentas metodológicas eram eficazes para o estudo da história recente, a história dos intelectuais passou a ganhar legitimidade e espaço entre os historiadores.

Um aspecto crucial para este trabalho está relacionado ao fato de o campo intelectual ser um cenário de conflitos de ideias, debates, outra zona do político: “Este meio, é em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo) [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 261). Tal afirmação nos leva a refletir sobre até que ponto as

ideias se transformam em práticas, já que o debate Gudín *versus* Furtado não se concretiza no poder, mas nas ideias, sendo, portanto, inserido na história política, que se constrói com um novo pensar da própria política.

Na atualidade, muitos se consideram intelectuais, mas o que seria um intelectual? Segundo Sirinelli (2003), a acepção de intelectual não é única e sim polissêmica. As duas concepções mais utilizadas são: “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Uma das questões levantadas por Sirinelli (2003), essencial para este trabalho, é de que o campo intelectual é um cenário de conflitos de ideias, de debates, uma outra faceta do político: “[...] Este meio, é em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo) [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 261). Tal formulação leva-nos a refletir sobre como as ideias se transformam em práticas, já que o debate entre Gudín e Furtado não se concretizaria no poder, mas nas ideias. Assim, ele estaria inserido na história política, que se constrói com um novo pensar da própria política.

Segundo Miceli (2001), no Brasil, desde a década de 1920, os intelectuais se coadunam com a classe dirigente, muitas vezes ocupando posições importantes nos setores público e privado. Esses intelectuais, no entanto, não deixam de ter idiosincrasias individuais. Analisar a idiosincrasia no grande contexto em que cada intelectual se coloca é uma tarefa árdua, embora importante para entendermos até que ponto essas individualidades se formatam como força política.

A força intelectual, seja a de Gudín seja a de Furtado, criou gerações de seguidores, que fizeram ressoar seus postulados na academia, nos centros de pesquisa e até mesmo no governo. Assim,

muitos ministros ao longo do século XX ainda defendiam o liberalismo econômico de Gudín ou o desenvolvimentismo de Furtado.

As ideias desses homens moldaram parte da história política e econômica do Brasil. Eles não eram meros portadores de opiniões, mas apresentavam soluções fundamentadas por suas pesquisas e estudos teóricos, com o objetivo de nortear o Brasil na luta contra o subdesenvolvimento. Em suma, o debate se configurou entre intelectuais, homens portadores de uma convicção teórica capaz de mudar a história.

No entanto, no enfrentamento, tais intelectuais construíram cenários diversos, que podemos denominar de espaços de sociabilidade.

A noção de sociabilidade vem sendo observada por diferentes áreas, como antropologia, sociologia e história. Max Weber visualizou as estruturas de poder encontradas na sociedade e deu importância ao Estado, à Igreja, à comuna, à família, caracterizando-as como “sociologias das associações”. Vários trabalhos se desenvolveram nessa perspectiva que considera a sociabilidade como forma autônoma de associação. Sendo assim, o debate se torna uma das possibilidades de sociabilidade.

Há uma especificidade no meio intelectual, em sua sociabilidade, e Michel Trebitsch (1992) mostra como ela se desenvolve. De sua perspectiva, o espaço público é o grande meio de debate político, nele se faz o intelectual moderno. Para o autor, não há intelectual sem um espaço público de debates; tais espaços são lugares de sociabilidade, essenciais para a formação do intelectual.

Cabe ressaltar o quanto eram valorizados os debates nas palestras, nos encontros e congressos de economia, entre liberais e desenvolvimentistas. Mesmo quando contrariados, tais intelectuais não hesitavam em participar dos debates, pois viam neles um estímulo

para o desenvolvimento de suas teorias. O próprio Eugênio Gudín foi quem aprovou a publicação do “Manifesto da Cepal”, como ficou conhecido o texto de Raul Prebisch. Mesmo discordando das ideias deste, o primeiro acreditou ser importante sua divulgação, demonstrando a importância que dava ao debate das ideias.

Para Sirenelli (1996), os intelectuais são intérpretes da realidade, de seu meio, de seu tempo; eles criam diagnósticos e prognósticos de seu contexto; são atores da esfera política e produzem conhecimento. O debate é fruto desse movimento.

No debate em questão, o suporte para as ideias foram, principalmente, revistas, jornais e livros. A escrita foi o canal mais utilizado por esses intelectuais para tentar convencer o leitor de que seus argumentos eram os mais coerentes.

Consideramos importante, neste momento, abordar como se configurou o espaço de sociabilidade para o debate em questão. Para isso, precisamos mapear como essas ideias formaram os grupos intelectuais e que ferramentas esses grupos utilizaram para expandi-las.

A historiografia mostrou-nos que, até os anos 1930, o liberalismo tinha forte tradição ideológica no Brasil, porém, a partir da crise internacional, o liberalismo precisou ser rediscutido. Na análise do pensamento de Gudín, percebemos seu esforço para reinterpretar o pensamento liberal na nova conjuntura de crise no capitalismo. Nesse novo horizonte, surgiu também o pensamento desenvolvimentista.

Tais ideários se alojaram no pensamento intelectual, que era expresso nesses espaços públicos, nesse espaço de sociabilidade. Para a representação desse antagonismo, foram promovidas instituições, nas quais os diferentes pensamentos eram debatidos.

Na prática, esses intelectuais promoviam os congressos e as conferências de economia, publicavam

revistas e sustentavam os grupos de pesquisa, criando, assim, os cenários para a proliferação do pensamento econômico brasileiro, principalmente desde a década de 1940.

Em 1943, ocorreu no Brasil o primeiro congresso de economia, na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento foi um desdobramento do I Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em 1944 em São Paulo, e do I Congresso Nacional das Classes Produtoras, de 1945. Tais eventos tiveram uma singularidade: foram os primeiros a tratar da questão da industrialização como um projeto para o desenvolvimento da nação. Tal projeto se articulava em oposição ao pensamento liberal de Gudín, gerando assim o clássico debate entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, já abordado no capítulo anterior.

A importância desses congressos industriais da década de 1940 explica o comportamento dos industriais como atores sociais, principalmente no tocante à questão do conflito entre liberalismo econômico (defendido por Gudín) e desenvolvimentismo/industrialismo (defendido por Simonsen) (AQUINO, 2010, p. 61).

O fato é que esse debate inaugurou uma fase de intensa proliferação de pesquisas acerca da situação da economia brasileira e latino-americana, nas quais se expressavam as acirradas oposições teóricas, principalmente entre liberais e desenvolvimentistas. Estendendo-se pelos próximos anos, os intensos debates aglutinaram os intelectuais e seus diferentes grupos, os quais, com suas diferentes ferramentas, fundadas em concepções distintas acerca da dinâmica da história no Brasil, divulgavam seus projetos de nação.

Segundo Loureiro (1997), o principal núcleo de militância intelectual dos economistas liberais foi a Fundação

Getúlio Vargas. Criada em 1944, com o apoio direto de Eugênio Gudin, juntamente com o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, sua finalidade era formar grupos voltados para a pesquisa econômica. Em 1950, esses grupos se organizaram no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Ainda em 1948, uma equipe composta por Gudin e Bulhões fundou a *Revista Brasileira de Economia*, considerada a primeira revista de economia acadêmica do Brasil. Outro periódico importante nesse contexto foi a revista *Conjuntura Econômica*, criada em 1947 sob a direção de economistas desenvolvimentistas, mas que, em 1952, passou a ser editada pela equipe de Gudin.

Uma instituição que também teve participação nos debates foi o Conselho Nacional de Economia (CNE) com suas publicações, como o relatório anual, *Exposição geral sobre a situação do Brasil*, e a *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Esse conselho teve atuação à medida que defendia as teses liberais de controle da inflação e de luta contra os abusos do intervencionismo estatal. Segundo Bielschowsky (2000), o CNE manteve essa vertente até a primeira metade da década de 1950 e, depois, tornou-se mais eclético.

Nesse contexto, destacaram-se outros núcleos de relevância do pensamento liberal, como a Confederação Nacional do Comércio (CNC), organizadora do I Congresso Brasileiro de Economia, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio de São Paulo (FCSP). A revista *Digesto Econômico*, periódico de responsabilidade da ACSP e FCSP, embora tenha se mostrado aberta a diferentes ideias, teve como um dos maiores colaboradores Eugênio Gudin.

Assim, fica evidente a luta de Gudin contra o desenvolvimentismo: seus escritos não eram apenas a expressão de sua teoria, mas a recusa da teoria desenvolvimentista que estava se destacando no cenário intelectual,

principalmente a partir da criação da CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina) em 1949.

Uma marca desse período, que tanto faz falta nos dias atuais, era o respeito entre as diferentes ideias. Mesmo não concordando com muitos dos pontos das análises cepalinas de Raúl Prebisch, Gudin sempre manteve um ótimo relacionamento com ele, sendo o primeiro a publicar o manifesto da Cepal, texto que inaugurou o pensamento cepalino no Brasil.

Em 1951, Furtado conseguiu publicar o texto de Prebisch na *Revista Brasileira de Economia*, na qual também participava e sob a supervisão de Eugênio Gudin. Posteriormente, narrando uma visita a Gudin, ele contou a impressão que este manifestou acerca do texto de Prebisch:

[...] Fiz-lhe uma visita de cortesia e pude constatar que ele havia lido o texto e feito algumas anotações. Tomou-o nas mãos e observou: 'A verdade é que nós, economistas, não lemos uns aos outros. Na mesma época em que Prebisch começou a falar de 'periferia', eu me referi a 'economias reflexas'. Era autêntica a admiração que devotava ao colega argentino, que conhecia como dirigente famoso do Banco Central [...] (FURTADO, 1997, p. 161).

Esse foi um momento em que os dois tiveram contato direto.

Além disso, Furtado trabalhou na revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas e, antes mesmo de participar da CEPAL, publicou, em 1948 e 1949, seus primeiros textos na *Revista Brasileira de Economia*, também editada pela FGV.

A heterogeneidade de ideias contida nessas revistas demonstra que essa geração de intelectuais estava aberta ao diálogo e que os debates buscavam o aprimoramento e não a negação das ideias.

O debate ocorria até mesmo nos bastidores das revistas, nas propostas de artigos, em sua aprovação, mas a disposição de Gudin ao concordar com a publicação de um texto que contradizia seu próprio ideário mostra que ele era aberto à pluralidade de argumentações e à liberdade de pensamento. “[...] Era suficientemente perspicaz para dar-se conta de que não se combatem ideias dificultando sua circulação. A luta se daria no próprio terreno das ideias, podendo para isso mobilizar as baterias pesadas das sumidades internacionais” (FURTADO, 1997, p. 249).

Com a publicação do texto de Prebisch, as ideias cepalinas se cristalizavam e o debate também. No entanto, o campo de batalha não se caracterizaria pela retenção dessa possibilidade, pelo silenciamento dessas ideias, e sim pela oportunidade do próprio debate, da discussão, da troca de palavras.

Em 1949, quando foi publicado pela primeira vez, o texto de Prebisch causou um grande alvoroço no meio acadêmico. O próprio Gudin buscara comentários de professores americanos, como Jacob Viner e Haberler, acerca das teses ali contidas. Assim, segundo Furtado (1997), Gudin foi um dos iniciadores da ofensiva intelectual contra as ideias da Cepal a partir de 1950.

[...] Assim, a partir de 1950, abriu-se por iniciativa deste [Gudin] uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias da CEPAL. Ou, caso se prefira o ângulo oposto, um esforço para restabelecer a verdade em pontos essenciais de doutrina, particularmente no que respeita a teoria do comércio internacional. Dentre os muitos professores ilustres convidados para participar dessa cruzada de purificação ideológica, ninguém era mais eminente do que o professor Viner, da Universidade de Princeton. Coube-lhe fazer uma série de seis conferências, entre junho e agosto de 1950, na Fundação Getúlio

Vargas, que enfeixavam um bela e rigorosa exposição do pensamento ortodoxo. Uma das conferências foi dedicada a demonstrar a total falta de fundamento das inquisições de Prebisch, esse heresiarca que estava confundindo os espíritos despreparados (FURTADO, 1997, p.249).

Nas palavras de Furtado, fica evidente que existia realmente um debate e que as conferências eram armas para essa batalha, que contava com intelectuais internacionais, como Jacob Viner, um dos grandes inspiradores de Gudin.

Ainda sobre esse período, a sensação de Furtado era a de que a linha dos intelectuais liberais se fortalecia, e que a simples discussão não acalmaria os ânimos. No entanto, o contexto propiciava um novo momento do debate à medida que as ideias se fortaleciam e as rivalidades se salientavam.

[...] carecia de sentido discutir com o Professor Gudin sobre certas matérias. O que devia preocupar era a influência que ele tinha, que traduzia a preeminência do complexo primário-exportador na visão do Brasil (FURTADO, 1985, p. 139).

O acirramento das rivalidades entre liberais e desenvolvimentistas é explicado também pelo próprio fator político: em 1951, teve início o governo democrático de Getúlio Vargas, assumidamente defensor do nacional desenvolvimentismo.

Por ocasião de um evento, nesse mesmo ano, Ragnar Nurkse visitou a FGV e abordou a temática do subdesenvolvimento, instigando Furtado a rebater suas ideias no texto *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*, publicado em 1952 pela *Revista Brasileira de Economia*. Em 1953 Nurkse, também na *Revista Brasileira de Economia*, em tom amistoso, publicou uma tréplica a Furtado. Além disso, no mesmo número da revista, foram publicados outros textos, como os

de E. M. Bernstein, Robert E. Baldwin e Eugênio Gudín, nos quais os autores atacavam diretamente a teoria da Cepal. O texto de Gudín, intitulado *O caso das Nações Subdesenvolvidas*, que analisaremos adiante, foi o que mais incomodou Furtado.

A partir de então, o convívio amistoso em um mesmo periódico já não seria possível, mas esse não era o fim do debate: nesse novo momento, em vez de conflitos teóricos ocorreriam guerras teóricas.

Os desenvolvimentistas também se organizaram em grupos. O Clube de Economistas foi criado em 1954, no Rio de Janeiro, sob a liderança do intelectual Celso Furtado. Desse clube, surgiu a Revista *Econômica Brasileira*, cujas edições se mantiveram entre 1955 e 1962. O clube correspondia ao objetivo de se criar uma instituição desenvolvimentista nacionalista como alternativa, tendo em vista os atritos com o grupo da FGV-RJ e a Revista Brasileira de Economia, liderada por Gudín.

Outro grupo criado na mesma época que o Clube de Economistas foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955, ainda no governo de Café Filho, o ISEB funcionou como um órgão do Ministério da Educação e Cultura e tinha como intuito divulgar as ciências sociais e coordenar e promover estudos voltados para o entendimento do contexto brasileiro, bem como para a busca de soluções para o desenvolvimento nacional. Um dos representantes desse grupo na economia política desenvolvimentista foi Celso Furtado, ministro no governo de Juscelino Kubitschek e participante ativo na elaboração de projetos para os fins da modernização. A instituição teve destacada atuação ao longo do governo JK e, como centro elaborado da ideologia do desenvolvimento, promoveu cursos, conferências, seminários e pesquisas.

Os jornais e as próprias obras dos intelectuais eram ferramentas do debate. Gudín (1970) utilizou-se da

imprensa em toda a sua trajetória; Furtado, por sua vez, destacou-se pela produção de obras, que se tornaram clássicos da literatura geral brasileira. Dessa forma, estabeleciam um diálogo não só com seus opositores teóricos, mas com uma sociedade que aos poucos conquistava o acesso a essas leituras.

## Considerações finais

Em suma, voltamos a questão que buscamos chamar atenção nesse texto, a possibilidade de articularmos diferentes dimensões da história, em busca de compreendermos de forma mais clara os objetos de nossas pesquisas, como propôs Barros (2004).

Assim, três elementos teóricos se unem para sanar as necessidades de esclarecimento que nosso objeto requer. A história das ideias, a história dos intelectuais e a história conceitual. Trata-se de uma possibilidade frutífera, como aponta Dosse (2007, p. 15):

Varios caminos son posibles entre la historia de los conceptos, por un lado, y una sociohistoria de los compromisos de los intelectuales em la ciudad, por el outro. A condición de postular una forma de indistición epistemológica y de renunciar a una postura de dominio, todos estos caminos aportan su específico enfoque. Corresponde a la historia intelectual así como a la historia de los intelectuales interrogar a la vida de las ideas a través d um ir y venir constante entre el pasado y las preguntas que le planteamos al pasado a partir de nuestro presente.

Pensa as ideias dentro do debate entre Gudín e Furtado, só se torna possível, se entendermos os conceitos que estão por trás de sua grande questão: o desenvolvimento, entendendo como ele se encaixa a uma concepção acerca da dinâmica da história, concepção essa que esses homens defendiam, pois, sua

intelectualidade lhes davam a missão te teorizar na busca de solucionar os problemas sociais de seu tempo.

## Referências

AQUINO, Arthur de. I Congresso brasileiro de economia 1943: atores intelectuais e ideologias na constituição de uma consciência de classe entre os industriais e a consolidação do projeto industrialista. **Plural**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 59-88, jun. 2010.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. Valência: Universitat de València, 2007.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.

GUDIN, Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no Governo**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOVE, Joseph L. **A construção do Terceiro Mundo**: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Tradução Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. **Les Cahiers de l'IHTP**, Paris, n. 20, p. 11-21, mars 1992.